

Diogo Pacheco, capitão-mor da primeira Expedição Portuguesa à Austrália, em 1519

José Manuel Azevedo e Silva
Universidade de Coimbra

A questão da descoberta da Austrália pelos europeus está envolta em poucas certezas e em muitas dúvidas, conjecturas, enigmas e mistérios. Mas há uma certeza de que ninguém hoje ousa duvidar (a não ser alguns espíritos pirrónicos): a Austrália foi descoberta pelos portugueses.

Esta tese tem vindo a ganhar corpo e a robustecer-se, desde a segunda metade do século XIX, a partir dos estudos do Visconde de Santarém¹ e do historiador inglês Henry Major², seguido de outros a que adiante aludiremos, culminando agora com o interessante e importante livro do jornalista australiano Peter Trickett³. A conquista de Malaca, em meados de

¹ No seu *Atlas* de 1849, o Visconde de Santarém reproduziu uma série de 26 cartas, sob o título geral *Portulan dressé entre les années 1524- 1530 par Francisco Rodrigues, pilote portugais, qui a fait le voyage aux Moluques*, citado por Armando Cortesão, ao abrir a sua sólida «Introdução» da *Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Leitura e Notas de Armando Cortesão, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, Por Ordem da Universidade, 1978. Veja-se ainda do Visconde de Santarém os seus *Estudos de Cartografia Antiga*, editados com notas de Aires de Sá, 2 vols., Lisboa, 1919.

² Luís de Albuquerque, «MAJOR, Richard Henry (1818-1891)», *Dicionário de História de Portugal*, vol. IV, pp. 141 e 142.

³ Peter Crickett, *Para Além de Capricórnio. Como os navegadores portugueses descobriram e cartografaram secretamente a costa da Austrália e da Nova Zelândia, 250 anos antes da chegada do Capitão Cook*, Tradução de Luís Santos, Porto, Edições Asa, 2008, p. 47.

Agosto de 1511, por Afonso de Albuquerque, e a imediata construção da sua fortaleza, constituiu a implantação de uma importante base portuguesa de apoio à penetração no Extremo Oriente e de descobrimento dos largos mares, com a sua imensidão de ilhas, que se estendem para leste. Do mesmo modo que do Tejo partia anualmente para o Oriente a chamada *Armada da Índia*, do porto de Malaca passaram a sair, igualmente em cada ano, expedições com o objectivo de desbravar os mares da China, do Japão, das Molucas, e do duplo cordão de ilhas que, como se viria depois a saber, ligavam naturalmente Malaca à Nova Guiné, à Austrália e à Nova Zelândia. O primeiro cordão insular, mais a norte, formado essencialmente pelas ilhas de Bornéu, Celebes, Molucas, Buru, Ceram até à Nova Guiné; o segundo, sensivelmente paralelo ao anterior e mais a sul, constituído pelas alongadas ilhas de Samatra e de Java, continuadas por Bali, Lombok, Sumbava, Sumba, Flores, Timor, apontando naturalmente para a Austrália e para a Nova Zelândia.

Claro que tais expedições não tinham apenas o descobrimento como objectivo, visavam também o comércio e a recolha de informações. Vejamos cada uma dessas expedições, ou melhor, aquelas que deixaram algum rasto nos trilhos da História.

Após a tomada da cidade de Malaca e da construção da sólida fortaleza, Afonso de Albuquerque⁴ regressou a Goa, em Dezembro de 1511. Antes, porém, Albuquerque nomeou como capitão-mor de uma expedição de três navios o fidalgo madeirense (natural da Calheta) António de Abreu: na nau capitânia de Abreu, a *Santa Catarina*, seguia o piloto Luís Botim; Francisco Serrão capitaneava a nau *Sabaia*, com o piloto Gonçalo de Oliveira; o outro navio era uma caravela, comandada por Simão Afonso Bisagudo, levando consigo o arguto piloto-cartógrafo Francisco Rodrigues que, ao que se julga, logo após o seu regresso a Malaca, elaborou as suas preciosas cartas geográficas, que viriam a tornar-se mundialmente famosas, onde regista os espaços insulares descobertos, cartas essas inseridas no códice anexo à *Suma*

⁴ Sobre o «terribil Albuquerque» e aquilo que muitas vezes erradamente ou de forma distorcida sobre ele se escreve, veja-se a recensão crítica, cáustica e demolidora, que Luís Filipe F. R. Thomaz faz ao livro *Afonso de Albuquerque – O César do Oriente*, prefácio, introdução e notas de T. F. Earle & John Villiers, Fronteira do Caos Editores, Porto, 2006 (303 pp).

Oriental, de Tomé Pires, o qual será publicado conjuntamente com esta obra, em 1978, sob o título de *Livro de Francisco Rodrigues*⁵.



i: Mapa da Indonésia.

⁵ Armando Cortesão, «O descobrimento da Australásia e a “Questão das Molucas”», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1939, vol. II, pp. 138-150.

Segundo o relato de João de Barros e de António Galvão, é possível captar o itinerário desta frota. Partindo de Malaca, os mareantes bordejaram a costa norte de Samatra e de Java, colocaram um padrão em Agacim e, seguindo para leste, descobriram, entre outras, as ilhas de Madura, Bali, Anjano (Lombok), Simbaba (Sumbawa), Flores e daqui desviaram-se para nordeste até Buru, Amboino e Ceram. Iniciaram o regresso, rumando a sudoeste, pelas ilhas de Gunuapé, Banda (onde colocaram outro padrão e compraram cravo, maçã e noz-moscada), Lucipara, Vitara (actual Wetar), Alor e Solor, voltando a partir daqui a Malaca, sensivelmente pelo mesmo caminho da viagem de ida⁶. Na nossa opinião, não é concebível navegar nas águas destas últimas ilhas sem tocar ou, pelo menos, avistar a ilha de Timor⁷. Aliás, a ilha figura já, embora sem o topónimo inscrito, nos mapas do piloto-cartógrafo Francisco Rodrigues, desenhados em 1512⁸. E, em 1514, escrevendo de Malaca para o Reino, Rui de Brito informava que Timor tinha muito sândalo, mel e cera⁹. cremos que ninguém porá em causa poder-se afirmar que estar em Timor é estar às portas da Austrália.

A expedição de António de Abreu regressou a Malaca em fins de Dezembro de 1512. Tinha decorrido um ano que dali havia partido. No dizer de Armando Cortesão, «estava descoberta a Australásia». Repare-se que Cortesão escreveu, em 1939, Australásia¹⁰ e não Austrália. Henry Major, como vimos já, é que formulou a hipótese da descoberta da Austrália por António de Abreu, em 1512¹¹. Contudo, se Major errou na Geografia, acertou no facto de pôr os portugueses na pista de descobridores da Austrália.

⁶ Armando Cortesão, *ob. cit.*, pp. 141-143.

⁷ Veja-se o mapa (Estampa VI), com a legenda «A Viagem de Descobrimento de Francisco Rodrigues das Ilhas das Especiarias em 1512», inserto na *Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, ed. cit., entre pp. 82 e 83.

⁸ Veja-se o mapa compósito, juntando quatro cartas-portulano, desenhadas por Francisco Rodrigues, publicado por Peter Trickett no livro em apreço, p. 154.

⁹ Elaine Sanceau, *Dicionário de História de Portugal*, «Timor», vol. VI, p. 169.

¹⁰ Na nossa opinião, por Australásia entendia Armando Cortesão o numeroso conjunto de ilhas, nos mares a sul do Equador, a sueste de Malaca, as quais foram sendo descobertas pelos portugueses, após 1512, partindo do porto daquela nossa recém-conquistada cidade-fortaleza.

¹¹ Maria Lucília Estanco Louro, *Dicionário de História de Portugal*, «ABREU, António de», vol. I, p. 6.

Como atrás se disse, o piloto-cartógrafo Francisco Rodrigues recolheu durante esta viagem as informações que lhe permitiram escrever o livro e debuxar os exemplares cartográficos dos mares e dos espaços insulares por onde a expedição de António de Abreu tinha passado¹². Segundo Armando Cortesão, «são nove as cartas que Francisco Rodrigues desenhou, representando o Extremo Oriente: quatro abrangem a Insulíndia, de Malaca às Ilhas das Especiarias, e cinco as regiões para norte, de Malaca aos Léquiios, com todas as informações que o cartógrafo pôde colher sobre as ilhas e costas do mar da China»¹³.

Na sequência da viagem de António de Abreu, todos os anos partia de Malaca, como atrás se disse, uma expedição (alguns anos até mais que uma) a descobrir e senhorear os mares do Oriente. Assim, em 14 de Março de 1513, saiu do porto daquela cidade uma armada constituída por três navios e uma caravela, sob o comando de João Lopes Alvim, com destino às Molucas, levando como escrivão e contador, dessa feitoria a instalar nas ilhas do cravo, o nosso conhecido Tomé Pires, autor da *Suma Oriental*. A frota regressou a Malaca, a 22 de Junho desse mesmo ano de 1513, carregada com cerca de 1.200 quintais de cravo¹⁴. É o próprio Tomé Pires que na sua obra informa que a frota de Alvim visitou a costa de Java, tendo colhido informações directas das restantes ilhas até Timor e, para o norte, até Banda, Amboino, Ceiram e Molucas¹⁵.

Ainda no ano de 1513, após o regresso de Alvim, outra armada de três navios, comandada por António de Miranda de Azevedo, foi de Malaca às Ilhas das Especiarias. No ano seguinte (1514), foi o mesmo mandado com uma nau à ilha de Banda, regressando com mais dois juncos carregados de especiarias¹⁶. Como vemos, a actividade náutica e mercantil portuguesa naquelas longínquas paragens e o esforço de domínio dos mares eram intensos e vão continuar.

¹² *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, ed. cit., pp. 3-134.

¹³ Armando Cortesão, «A Expansão Portuguesa através do Pacífico (Australásia, Macau, Japão)», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1939, vol. II, p. 152.

¹⁴ Armando Cortesão, *ob. cit.*, p. 154.

¹⁵ *Ibidem*, p. 155.

¹⁶ *Ibidem*.

Em 1515, partiu Álvaro Cocho com dois juncos para Maluco, tendo carregado, em Ternate, certamente cravo, regressando a salvo a Malaca. Nesse mesmo ano, outros dois juncos, capitaneados por Francisco Pereira e Jorge de Lençóis, foram à ilha de Banda, mas perderam-se os juncos no regresso a Malaca¹⁷. Como é natural, nem tudo corre de feição. Há imprevistos, há riscos, há perdas.

Em 1516, foi Manuel Falcão com uma caravela e um junco a Banda. No ano seguinte, Simão Vaz foi num junco igualmente a Banda. Em 1518, partiu de Malaca D. Tristão de Meneses com um navio e dois juncos com destino às Molucas. Em 1519, foi Diogo Brandão enviado com vários juncos às Ilhas das Especiarias. Em 1520, foram outros juncos enviados a Banda e às Molucas, sob o comando de António de Pina e Gonçalo Correia¹⁸.

Com o que temos vindo a dizer, pretendeu-se vincar bem a ideia, já atrás enunciada, de que, a partir da conquista portuguesa de Malaca, em 1511, todos os anos saíram navios do porto daquela cidade-fortaleza a desbravar os amplos mares, estendidos a leste, enxameados de ilhas. E a cartografia portuguesa vai registando e representando esses novos espaços descobertos. Além de Francisco Rodrigues, Lopo Homem, no seu mapa-mundi, de 1519 (Atlas Miller), regista as principais ilhas nos vastíssimos mares a leste e sueste de Malaca¹⁹. E uma carta do referido *Atlas* e da mesma data, atribuída a Lopo Homem – Reinéis, mostra Malaca com a sua imponente fortaleza e, no imenso mar aberto a oriente, sul e sueste as ilhas de Taprobana (Samatra), Java Maior, Java Menor, Sunda, Banda, Maluco, além de uma imensidão de ilhas sem indicação de nome topográfico. Disseminadas por todo este vastíssimo espaço marítimo-insular estão hasteadas oito bandeiras portuguesas, simbolizando o conhecimento e o senhorio lusitano daquelas partes do Extremo Oriente²⁰.

De todos estes espaços insulares, é notório que os portugueses concentraram, nessa época, as suas atenções nas Molucas. Não admira, pois, que, em 1520, tenha sido expedida de Lisboa uma armada de nove navios, comandada por Jorge de Brito, com a missão específica de

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ *Ibidem*.

¹⁹ *Portugaliae Monumenta Cartographica*, vol. I, Estampa 16.

²⁰ *Idem*, Estampa 20.

construir uma fortaleza nas Molucas. Jorge de Brito foi morto em combate, em Achém, pelo que será seu irmão, António de Brito, a assumir o comando da armada. Chegado às Molucas, em 24 de Julho de 1522, deu início imediato à construção da fortaleza de Ternate, a qual, um ano volvido, estava quase concluída²¹.

Até este ponto, Armando Cortesão refere-se ao descobrimento da Australásia. A partir de então, passa a aludir ao descobrimento da Austrália. Como vemos, uma vez mais, Cortesão distingue geograficamente muito bem o que designa por Australásia e por Austrália ou «Ilha do Ouro». Talvez tenha sido a ausência desta distinção geográfica que levava Henry Major a atribuir a descoberta da Austrália a António de Abreu, em 1512.

A primeira tentativa portuguesa conhecida, dirigida expressamente para a descoberta da mítica “Ilha do Ouro”, comò, aliás, refere João de Barros, foi cometida a Diogo Pacheco, que fez duas expedições. Na primeira, partiu de Malaca, em 1518, com um navio e um bergantim. Navegando pelo sul de Samatra, onde perdeu o bergantim, continuou com o seu navio e foi ter ao porto de Barros ou Baros²², onde procurou recolher informações preciosas sobre a “Ilha do Ouro” e donde regressou a Malaca. A segunda expedição de Diogo Pacheco, como nos diz o cronista João de Barros, padeceu grandes trabalhos «em tornar ao seu descobrimento do ouro o ano seguinte, pera onde o armou Garcia de Sá em um navio da terra e um bargantim, com que chegou ao pôrto de Barros, onde estivera, no qual tornou achar quatro ou cinco velas de Cambaia e de outras partes, que lhe não consentiram tomar pouso dentro no pôrto, tirando-lhe às bombardas»²³.

Confrontado com a hostilidade dos indígenas de Barus²⁴, Diogo Pacheco fez-se ao mar e, rumando a sueste, terá chegado à costa noroeste da Austrália,

²¹ Cf. Armando Cortesão, «A Expansão Portuguesa através do Pacífico (Australásia, Macau, Japão)», in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1939, vol. II, pp. 155 e 156.

²² Na opinião de Peter Trickett, «o cronista Barros redige o porto com dos «r», tal como o seu nome, mas em outros relatos é escrito habitualmente “Barus”».

²³ João de Barros, *Ásia – Década Terceira*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1946, Liv. III, Cap. III, p. 127.

²⁴ Agradecemos ao Prezado Colega, Prof. Doutor Luís Filipe F. R. Thomaz, as suas preciosas informações sobre o porto de Barus e o obséquo do envio do recorte do jornal *Público*, de 7 de Março de 2004, com um óptimo artigo de Raquel Ribeiro, com o título *Dar a Volta ao Mundo sem sair de Barus*, sintetizando o que o arqueólogo francês Guillot



2: Mapa da Ásia, Indonésia e Norte de Austrália.

na região da actual Terra de Dampier. Aí, esclarece o cronista João de Barros, Diogo Pacheco, «porque o vento lhe era contrairo, e viu que a gente da terra a grã pressa se metia em lancharas pera vir também contra êle, meteu-se no bargantim, querendo tirar à toa o navio ao mar largo polo não tomarem; e foi o tempo tanto, que o mar comeu o bargantim, e o navio veo à costa, do qual escaparam alguns malaios, homens do mar, casados em Malaca, que se meteram pelo sertão da ilha atravessando-a tôda, e vieram ter da outra banda do Norte, onde acharam embarcação que os levou a Malaca, os quais contaram esta perdição de Diogo Pacheco, que foi o primeiro dos nossos que perdeu a vida por descobrir esta Ilha do Ouro»²⁵.

apresentara sobre o assunto, numa conferência em Lisboa, afirmando que o porto indonésio de Barus «é um dos mais importantes da Antiguidade».

²⁵ *Ibidem*.

Recorde-se que João de Barros diz nas últimas palavras da citação atrás utilizada que Diogo Pacheco «foi o primeiro dos nossos que perdeu a vida por descobrir esta Ilha do Ouro», o que sugere que ele chegou mesmo à costa noroeste da Austrália. Assim sendo, Diogo Pacheco foi o primeiro português a descobrir a Austrália, em 1519.

Aliás, o próprio Peter Trickett escreve, na página 62 do seu livro, o seguinte: «Diogo Pacheco, a bordo da nau, continuava a viagem para sudeste ao longo da costa de Sumatra²⁶, um rumo que, caso tivesse sido seguido tempo suficiente, o teria, certamente, levado até à costa noroeste da Austrália». E quem pode garantir que não continuou - objectamos nós?

Passemos, concretamente, à discussão crítica do livro do jornalista australiano Peter Trickett – *Para Além de Capricórnio. Como os navegadores portugueses descobriram e cartografaram secretamente a costa da Austrália e da Nova Zelândia 250 anos antes da chegada do Capitão Cook*.

Depois de, no primeiro capítulo do livro, fazer uma síntese satisfatória, sem incorrecções graves, da História dos Descobrimentos Portugueses, o autor passa a defender a tese da precedência portuguesa na descoberta da Austrália. Começa por aludir ao insucesso das duas expedições de Diogo Pacheco, em 1518 e 1519, ambas saídas de Malaca com o objectivo de atingir a “Ilha do Ouro”, identificável miticamente com o que viria a ser a Austrália. Passa, nos capítulos seguintes, ao tema central do livro: a demonstração probatória da descoberta da Austrália pelo português Cristóvão de Mendonça.

A novidade e a validade do livro não está, obviamente, na indicação do nome do descobridor, nem na data da descoberta. Além dos cronistas João de Barros e António Galvão, já vários autores, entre os quais José Maria

²⁶ Sem pormos em causa a fidelidade e o rigor da tradução e apreciando até o português perfeito e o estilo discursivo, da responsabilidade de Luís Santos, apenas um senão: escrever Sumatra num texto em português é inconcebível e até irritante. É que os portugueses, ao chegarem àquelas paragens, e concretamente à longa e estratégica ilha, representada em alguns mapas por Taprobana, chamaram-lhe Samatra; os ingleses chegaram cerca de dois séculos e meio depois e, para lerem Samatra, escreveram Sumatra. Parece-nos estultícia, agora, nós portugueses, escrevermos e pronunciarmos Sumatra. Samatra é, pois, o nome português daquela importante ilha do Extremo Oriente.

Rodrigues²⁷ Armando Cortesão²⁸, Duarte Leite²⁹ e António Pereira Cardoso³⁰ aludiram a Cristóvão de Mendonça e à sua descoberta da Austrália, em 1522. Mas o livro de Trickett traz importantes contributos que reforçam a referida precedência da descoberta portuguesa da Austrália pela mão de Cristóvão de Mendonça. Mas, estranhamente, o mesmo autor deixa testemunhos e faz afirmações que propendem mais para a nossa tese da descoberta da Austrália por Diogo Pacheco do que para a sua tese de Cristóvão de Mendonça. Vamos abordar os contributos que consideramos essenciais.

1. O Atlas de Vallard e outra cartografia. O conjunto de 15 cartas geográficas da «Escola de Dieppe»³¹, também conhecido por «Atlas de Vallard», encontra-se actualmente na Huntington Library, na Califórnia. Foram elaboradas a partir de originais portugueses desaparecidos, pelo que não é de admirar que, como nos diz Trickett, estejam «bem delineadas e generosamente dotadas de topónimos de origem portuguesa». Acrescenta o autor, concretizando, que «os dois principais mapas do Atlas de Vallard desta terra austral contêm nada mais, nada menos do que 120 nomes portugueses para características geográficas»³².

O autor caracteriza espantosamente esta cartografia, com as seguintes palavras: «Cada mapa de página dupla do atlas tem aproximadamente o tamanho de uma moderna folha A3. Para quem os vê, a primeira impressão irresistível é o brilho das cores dos mapas, que permanece nítida mesmo depois da passagem de quatro séculos e meio. As costas e as ilhas são

²⁷ José Maria Rodrigues, «A propósito do descobrimento português da Austrália», comunicação apresentada à Segunda Classe da Academia das Ciências, em 29 de Janeiro de 1925, publicada primeiramente no jornal *O Comércio do Porto*, de 5 de Fevereiro de 1925, e no volume XIX, do *Boletim da Segunda Classe*, Academia das Ciências de Lisboa.

²⁸ Ver obras deste autor, atrás citadas.

²⁹ Duarte Leite, *História dos Descobrimentos*, Colectânea de esparsos, Organização, notas e estudo final de V. Magalhães Godinho, Lisboa, Edições Cosmos, 1960, vol. II, pp. 329-334.

³⁰ António Pereira Cardoso, *A provável viagem de Cristóvão de Mendonça à Austrália em 1522*, Lisboa, Academia da Marinha, 1994.

³¹ Na «Escola de Dieppe» e concretamente nestes mapas, trabalharam Nicolas Desliens (1541 e 1566); Jean Rotz (1542); Nicolas Vallard (1547), Pierre Desliens (1546, 1550 e 1553); e ainda o autor anónimo de uma carta, não datada, conhecida por *Carta do Delfim* (c. 1536). Cf. Damião Peres, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Segunda edição (actualizada), Coimbra, Edição do Autor, 1960, p. 560.

³² Peter Trickett, *ob. cit.*, p. 29.

exibidas em tons de verde, vermelho, azul e dourado, com os topónimos meticulosamente inscritos nas cores alternadas de azul-escuro e vermelho-escuro. Os oceanos são embelezados com desenhos de rosas-dos-ventos elegantes, monstros marinhos e navios a todo o pano. Ilustrações sumptuosas e multicoloridas das cortes de potentados e outras cenas fabulosas dão vida ao interior dos continentes»³³. Ao lermos estas palavras, ficamos sem quaisquer dúvidas acerca da influência portuguesa destes mapas e somos até levados a questionar se não terá mesmo havido mão de cartógrafo português na sua feitura ou na sua coordenação.



3: Mapa da Austrália.

³³ *Ibidem*, p. 23.

Um contributo que consideramos altamente meritório neste trabalho está no facto de o autor ter elaborado esboços dos mapas de Vallard e estabelecer, ao lado, um paralelismo com mapas da cartografia moderna. Muito útil é também o esboço cartográfico por si elaborado, mostrando a «Rota provável de Mendonça, de Malaca ao estreito de Torres e Princess Charlotte Bay», na Austrália³⁴.

2. Peças de artilharia. Regista que foram achados nas costas da Austrália peças de artilharia com características portuguesas. Concretamente, em 1916, o comandante e o cirurgião de um cruzador australiano foram atraídos por duas “balizas” que sobressaíam nas areias de uma pequena ilha junto à costa noroeste da Austrália. Ao aproximarem-se, verificaram tratar-se de dois canos compridos e estreitos de canhões de bronze, do tipo das *colubrinas* e dos *falcões*. Uma das peças estava decorada com uma divisa identificada com as armas da coroa portuguesa do tempo de D. Manuel. Já em 1884, um pescador de pérolas australiano encontrara numa ilha, um pouco a oeste da anterior, um canhão de bronze de cerca de um metro de comprimento, com uma bala no cano e a respectiva carga de pólvora, decorado «com um brasão descrito como uma coroa»³⁵.

Ao que parece, era comum as peças de artilharia portuguesas em bronze serem marcadas com o brasão real. Esclarece o próprio autor que Fernão Mendes Pinto, ao relatar como o seu navio capturara dois juncos de piratas chineses, escreveu que «foram encontradas dezassete peças de artilharia em bronze, quase todas elas portadoras do emblema real, que o cão (o pirata) roubara de três navios (certamente portugueses)»³⁶.

3. Homens estranhos com pele de crocodilos. Segundo o cronista português Manuel de Faria e Sousa e o conteúdo de uma lenda local, portugueses da segunda expedição de Diogo Pacheco foram vistos pelos indígenas da «Ilha do Ouro» como «estranhos com pele como a dos crocodilos». Esclarece Trickett que «Pacheco e os seus oficiais teriam envergado armaduras e os seus homens utilizariam couraças peitorais e justilhos de couro, parecendo assim aos aborígenes que teriam a pele como

³⁴ *Ibidem*, p. 96.

³⁵ Peter Trickett, *ob. cit.*, pp. 47-57.

³⁶ *Ibidem*, p. 50.

a das tartarugas ou dos crocodilos»³⁷. Estas palavras do autor australiano reforçam a nossa tese, atrás exposta, de que Diogo Pacheco, com os seus homens, foi o descobridor da Austrália, em 1519. É o próprio Peter Trickett a afirmar que «Diogo Pacheco tem o direito a ser distinguido como o primeiro português a pisar solo australiano. Todavia, embora a sua expedição venha acrescentar um novo capítulo intrigante à história australiana, foi de pouco valor na busca portuguesa pela Ilha do Ouro, pela simples razão de nunca ter regressado»³⁸. É verdade que não há descobrimento se não houver notícia da descoberta. Mas a notícia chegou a Malaca pela voz dos companheiros de Pacheco, que se salvaram do naufrágio. Deste modo, o descobridor da Austrália foi Diogo Pacheco e não Cristóvão de Mendonça.

4. A lenda do «navio de mogno». Depois de dissertar sobre esta lenda que se desenvolveu a partir da descoberta, em 1836, de um barco de madeira de mogno, conclui o autor que «se o enigmático *Navio de Mogno* era, de facto, de origem portuguesa, tratar-se-ia dos destroços do bergantim de Mendonça e não dos restos da sua caravela»³⁹.

5. Um pote de barro e a importância da arqueologia naval. Em 1963, Olaf Mannes, um pescador comercial australiano de origem norueguesa, ao puxar uma rede de cerca de 100 metros de profundidade, “pescou”, na costa do Mar da Tasmânia, um conjunto de pedaços de cerâmica, entre os quais uma peça quase intacta, «um pote de barro, com inscrustações marinhas, com cerca de 31 cm de altura, em forma de cebola, com um gargalo estreito e um pedestal circular na base». Sugeriu tratar-se de um jarro de vinho antigo. Analisado por três cientistas, acharam poder tratar-se de um jarro de vinho espanhol ou português do século XIII ou XIV, mas uma investigação mais aturada, efectuada pelo cientista David Price, datou o pote de 1500, com uma margem de erro de vinte anos». Um outro pote de barro semelhante ao anterior, recentemente encontrado ao largo de Gabo Island, tem estado em processo de dessalinização para posterior análise científica⁴⁰.

³⁷ *Ibidem*, pp. 67-69.

³⁸ *Ibidem*, p. 77.

³⁹ *Ibidem*, pp. 199-202.

⁴⁰ *Ibidem*, pp. 203 e 204.

6. A estatueta enigmática. Em 1980, o historiador Mike Pearson, relatara ter ouvido falar de uma intrigante estatueta apanhada por uma rede de arrasto, na costa oriental da Austrália, provavelmente de carácter religioso. Porém, ao pretender analisar a estatueta, constatou que a mesma tinha desaparecido⁴¹.

7. As antigas ruínas de pedra. Junto de um riacho que desagua na praia de Bittangabee Bay, existem umas ruínas de pedra, «escondidas por trás de uma cortina de vegetação nativa». É lenda antiga de que estas «ruínas têm a ver com os portugueses» e que serão o que resta «de um forte e de uma paliçada, construídos pela tripulação de uma embarcação enquanto passavam o Inverno»⁴².

8. O elmo de ferro. Nos finais do século XIX, o *Colonial Museum de Wellington* recebeu um elmo de ferro de tipo medieval ou renascentista que fora encontrado no porto. Submetido a análise científica, concluiu-se que este elmo europeu foi fabricado entre 1450 e 1580, portanto, antes da chegada de holandeses e ingleses. Nas imediações do referido porto, foi encontrada uma bala de canhão. Conclui Trickett que a descoberta no porto de Wellington de um elmo militar do século XVI, provavelmente usado por um oficial de um barco português, e de uma bala de canhão ao largo da aldeia maori de Petone, sugere um confronto entre maoris e portugueses, mais parecido com o que sucedeu ao holandês Abel Tasman do que com as experiências do inglês Cook»⁴³.

Em síntese, resumindo e concluindo. É evidente que estamos perante matérias susceptíveis de controvérsia. Louve-se, contudo, a coragem e a ousadia com que um jornalista australiano ousa defender a descoberta europeia do seu país por um português, Cristóvão de Mendonça, em 1522. E é de enaltecer a convicção discursiva, os meios a que recorre e a robustez da argumentação que utiliza para defender a sua tese. Como já atrás se disse, sem trazer novidade quanto ao nome do descobridor, nem à data da descoberta, aduz importantes contributos para um melhor esclarecimento de tão antigo assunto.

⁴¹ *Ibidem*, p. 204.

⁴² *Ibidem*, p. 210.

⁴³ *Ibidem*, pp. 242-250.

Pessoalmente, estamos convencidos de que a descoberta da Austrália pelos portugueses terá ocorrido muito antes 1522. A sua chegada a Timor, em 1512/1514, como atrás ficou dito, deixou-os às portas da Austrália. A conhecida irrequietude dos navios portugueses naquelas águas, para mais com o acicate da busca da mítica “Ilha do Ouro”, não se compagina com o decorrer de mais de uma década sem alcançar aquela terra. Informação perdida? Política de sigilo por parte do rei de Portugal?

Não pomos em causa a expedição de Cristóvão de Mendonça e a sua chegada à Austrália, em 1522. Aliás, como atrás se viu, ela está referenciada por vários cronistas e foi estudada por diversos autores. O que pomos em causa é que tenha sido ele o primeiro português a navegar até lá. A nossa objecção é uma questão de precedência. Com efeito, como atrás se viu, foi Diogo Pacheco o português a chegar à Austrália, em 1519.

Uma questão assalta o espírito das pessoas menos familiarizadas com a temática da Expansão Portuguesa. A questão é esta: se os portugueses descobriram a Austrália mais de um século antes do holandês Tasman, e cerca de dois séculos e meio antes do inglês Cook, por que razão não procederam à sua colonização?

A explicação é simples. Portugal não tinha fundo demográfico suficiente para colonizar todas as terras que descobriu. Se tivesse gente, poderia ter colonizado vastos espaços, nomeadamente, os Estados Unidos, o Canadá e a África Austral, onde os portugueses foram realmente os primeiros a chegar. Este último espaço é o mais significativo, visto que os navios lusos passavam por lá todos os anos, na ida e no regresso da Índia e de Moçambique, e, no entanto, nunca nos interessámos pela sua colonização.